



CÂMARA DOS DEPUTADOS

José do Patrocínio

DISCURSOS PRONUNCIADOS PELOS DEPUTADOS
GETÚLIO MOURA E RUY SANTOS NO CENTENÁRIO
DE NASCIMENTO DO "TIGRE DA ABOLIÇÃO".

DIRETORIA DE PUBLICIDADE

Rio de Janeiro, 1953



CÂMARA DOS DEPUTADOS

José do Patrocínio

DISCURSOS PRONUNCIADOS PELOS DEPUTADOS
GETÚLIO MOURA E RUY SANTOS NO CENTENÁRIO
DE NASCIMENTO DO "TIGRE DA ABOLIÇÃO".

DIRETORIA DE PUBLICIDADE

Rio de Janeiro, 1953

NOTA

A Câmara dos Deputados, por deliberação plenária, comemorou, na primeira parte do expediente de sua sessão de 9 de outubro, o centenário do nascimento do José do Patrocínio, destacada figura das lutas abolicionistas em nosso País. Designados pelo Presidente, Deputado Nereu Ramos, ocuparam a tribuna dois oradores, os srs. Getúlio Moura, da representação fluminense, pela maioria, e Ruy Santos, da representação baiana, pela minoria, cujos discursos foram mandados publicar em separata do "Diário do Congresso Nacional", a requerimento do deputado Lúcio Bittencourt e outros Srs. representantes.

*Outubro, 1953
Diretoria de Publicidade.*

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Getúlio Moura:

O SR. GETÚLIO MOURA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, repetirei aqui Alves Mendes numa de suas magníficas orações gratulatórias, pedindo, inicialmente, o orvalho da graça de Deus para inspirar, nesta grave e austera tribuna, o mais obscuro dos representantes fluminenses (*não apoiados*) quando fala em nome da maioria, por convite do ilustrado Presidente desta Casa, Deputado Nereu Ramos, para tratar de um assunto majestoso e sedutor: a vida e a obra de José do Patrocínio.

Peço à Câmara excusas por não ter escrito o meu discurso. É que não desejo, nem pretendo fazer a biografia dêsse vulto incomparável da Abolição, pois sei desnecessário, numa Câmara tão culta, onde têm assento homens versados na História do nosso país, repetir pormenores daquela vida brilhante e insuperável no curso da campanha antiescravocrata.

Nesta tribuna e nesta hora deveria estar o nosso eminente colega Sr. Oswaldo Orico, membro destacado da Academia Brasileira de Letras e, sem favor, o melhor e o mais autorizado biógrafo de José do Pa-

trocínio. Entendeu, entretanto, S. Ex.^a, que deveria caber a um fluminense o elogio do grande tribuno da terra goitacá, e, dentro desta restrição, coube a mim a tarefa, sobremodo difícil, ainda que honrosa, de fazer, em largas pinceladas, o perfil dêsse negro magnífico que foi, inegavelmente, a força propulsora do próprio movimento abolicionista. E vamos verificar que, descendente de um berço humilde, filho da velha Justina, quitandeira na cidade de Campos, José do Patrocínio, desajudado da côr e da fortuna, deveria tornar-se o mais alto de todos os oradores que atuaram na campanha abolicionista, visto como a Patrocínio coube o papel mais árduo e mais importante da campanha. Êle, como diz Felix Pacheco, não estava na torre de comando, mas cá em baixo na refrega "ou na bôca da fornalha". Numa época em que era quase impossível a propagação das idéias, numa época em que a circulação dos jornais era difícil e reduzida, coube a José do Patrocínio, com a sua pena e a sua palavra, conquistar as massas, seduzir o povo para o ideal abolicionista. E êle, desde a adolescência, começara a sentir — o que foi uma constante, uma determinante em tôda a sua vida — piedade pelos fracos, piedade que, no dizer de Anatole France, "é a base do gênio". Daí o episódio narrado por vários dos seus biógrafos de que êle, ao assistir na fazenda de seu pai, no Município de Campos, no Estado do Rio, a flagelação de um escravo, não encontrou outro meio de formular o seu protesto senão atirar-se escada abaixo para, fraturando a cabeça de encontro ao la-

jedo, derramar o seu sangue, com o qual pretendia redimir a sua raça, a raça negra. E em face de sua desconformidade com a vida da fazenda, onde a escravidão se exercia com todos os seus corolários de dor, de sofrimento, angústia e desespero, êle emigra para a Côrte. Traz consigo três P.P.P. desengañados: pequeno, pobre e preto. Chegando ao Rio de Janeiro, não tem assistência nem amparo. Vai à Santa Casa de Misericórdia, seduzido pelo nome da instituição e ali mostra tal desembaraço que o Provedor achou original o pedido e acolheu aquêlê adolescente de quatorze anos, dando-lhe uma função na farmácia da organização de caridade.

Consegue matricular-se, mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não no curso médico como fôra seu desejo, mas no de farmácia, eis que havia sido reprovado em filosofia. Vencendo tôdas as dificuldades geralmente opostas aos pobres desejosos de estudar e numa época em que o preconceito de côr tinha seu prestígio, conquista o diploma de farmacêutico. Mas de que lhe serviu o diploma? Só teria um caminho para não passar privações: alugá-lo. Êle se recusou, porém, a fazê-lo, declarando: "Resolvi morrer de fome; não alugaria o título que me custou tanto sacrifício, e que representava as alegrias até então experimentadas".

A essa altura, é acolhido por um condiscípulo do Colégio Aquino, logrando ser professor dos filhos da família Vila Nova. Inicia-se o drama sentimental de sua vida. Enamora-se de uma das alunas, aquela que

a História recolheu com o nome de Bibi. O pai, porém, não podia admitir nem tolerar aquêlê namôro. Falava-lhe mais alto o preconceito da côr. Perde Patrocínio o único meio de subsistência de que dispunha, dispensado que fôra das funções de professor em virtude da oposição paterna ao casamento. Entretanto, a mãe de Bibi mostrava-se simpática àquele negro, inteligente e culto. Procura ampará-lo por tôdas as formas e chega a convencer o marido de que deve consentir no casamento. Contraí, assim, núpcias José do Patrocínio. Era um simples jornalista no início de uma carreira em que ia pontificar como mestre. Escrevia pequenas crônicas na "Gazeta de Notícias", sob a direção de Ferreira de Araújo.

Passa, em seguida, a redator parlamentar. Usa o pseudônimo de Proudhomme. Entra em contato com um mundo para êle desconhecido. Vem viver a vida do Parlamento, vem ouvir as orações que ali se proferiam em favor da causa abolicionista, e a sua pena se coloca, desde logo, vibrante e exaltada, em favor da campanha redentora, lutando para apagar da vida nacional aquela nódoa negra que era, também, uma negação de nossos foros de civilização.

Na "Gazeta de Notícias", inaugura uma fase nova para o romance no Brasil — o romance de folhetins, onde tem oportunidade de publicar "Mota Coqueiro", ou a "Pena de Morte", "Os Retirantes" e "Pedro, o Espanhol".

Entendem seus biógrafos, inclusive o maior dêles — o acadêmico Oswaldo Orico, — que a obra

literária de José do Patrocínio é descolorida e não o teria recomendado à posteridade. Silvio Romero, no entanto, exalta a prosa de Patrocínio, qualificando-a entre as mais vivas, as mais perfeitas, as mais incisivas de que há registro em nossa história literária. "Frase quase sempre rápida, sempre brilhante, colorida, forte — acrescenta Silvio Romero — era uma pílula elétrica a sacudir os corações. Nunca entre nós a palavra escrita tinha tomado a forma de ferro em brasa, mas ferro burilado e como que envólto em flores de luz". Em seu livro "Os Retirantes", onde não há propriamente imaginação, surge o narrador real daquela sêca tremenda do Ceará, daquela terra que êle chamou "Terra da Luz". Até hoje não encontramos nem antes nem depois de José do Patrocínio, quem houvesse descrito com realidade tão aguda, com tanta dramaticidade, a sêca do Nordeste, como José do Patrocínio o fêz nas páginas imortais de "Os Retirantes". Foi o precursor do romance regionalista do Nordeste. Como um Batista negro — lembra Oliveira Viana — percorria o Norte e a sua aridez, arrasando multidões deslumbradas, como que transfiguradas diante de uma nova revelação.

Mas, a verdade é que José do Patrocínio foi, sobretudo, jornalista e orador: jornalista, cuja pena estêve sempre a serviço dos fracos; polemista dos mais ardorosos, dos mais inteligentes, cuja palavra era curta, rápida, mas brilhante como um relâmpago. Nessas suas lutas, era natural sofresse êle as campanhas reservadas a todos os homens de idéias, princi-

palmente àqueles que têm personalidade perfeitamente definida, e se mostram avançados em relação a seu tempo.

Quando faleceu sua velha mãe, alvo de honras excepcionais, não faltaram adversários que lembrassem a humildade de seu berço, recordando-lhe que continuava a ser o filho da preta Justina, da quitandeira de Campos, num esforço para amesquinhá-lo. A essa alusão, redarguiu José do Patrocínio declarando-se orgulhoso de seu nascimento, de haver sua velha e preta mãe expirado em seus braços e de terem pegado nas alças do caixão o Presidente do Conselho de Ministros e as mais altas e as mais conspícuas figuras da política e da literatura brasileira da época, dentre elas Ruy Barbosa.

Senhores Deputados, foi, evidentemente, José do Patrocínio, com André Rebouças, Aristides Lôbo, José Bento, Joaquim Nabuco e outros quem realizou, digamos assim, a abolição no Brasil, porque quando ela foi decretada através da Lei Áurea, já não existia, praticamente, escravo no Brasil. Pela sua campanha na organização da Confederação Abolicionista, sob o lema "A escravidão é um roubo", José do Patrocínio lograra dar fuga aos escravos, conseguira recursos para libertar outros e, na sua viagem ao norte, pudera seduzir os jangadeiros, para que eles não usassem as suas jangadas aquêle "pequeno assoalho à flor das ondas" como elemento para o tráfico negro entre as províncias. Ao revés transportassem em suas embarcações para o Ceará, onde havia sido

decretada a liberação dos cativos, os escravos de outras províncias que buscavam a "Terra da Luz", que era, também, naquela ocasião, a terra da liberdade.

O Ceará — escrevia Patrocínio na "Gazeta da Tarde" — é o herói da abolição. São Paulo é o castelo forte do hediondo escravagismo.

Ao receber em Paris, onde fôra repousar e retemperar as energias gastas na campanha abolicionista, a notícia de que a Província do Ceará emancipara todos os escravos do seu território, escreveu a Victor Hugo uma carta, pedindo-lhe uma palavra de exortação ao Imperador no sentido de completar a obra de libertação dos escravos. Victor Hugo regozija-se com a notícia e vaticina que até o fim do século a escravidão terá desaparecido da terra.

O inolvidável romancista francês faz o elogio de D. Pedro II dizendo que "o Brasil tem um Imperador; êste Imperador é mais do que um Imperador, êle é um homem", querendo significar que deveria ter uma alma sensível ao sofrimento dos cativos.

Quando se votou, no Senado, a Lei do Ventre Livre, para evidenciar como temos tido a virtude de processar os grandes movimentos sociais sem necessidade do recurso às armas e ao derramamento de sangue — refere Tobias Monteiro "na tribuna do *Corpo Diplomático*, — estava, entre outros, o Ministro dos Estados Unidos. Quando a sessão terminou, desceu êle ao recinto e apanhou com as próprias mãos algumas flores, das que o povo jogara sobre Rio Branco e sobre outros Senadores que sustentaram

o projeto e declarou "que ia remetê-las para seu país, a fim de que visse de que modo se fez aqui uma reforma que lá custara tanto sangue".

E por isso é que no movimento que se seguiu à Lei Rio Branco e à libertação dos sexagenários, a campanha entrou a se processar no mesmo ritmo de paz, sem nenhuma preocupação de violência, porque o que se queria era conquistar o povo para a idéia, impondo-a, em seguida, à Monarquia. Mas Patrocínio foi mais longe: conseguiu desde logo conquistar a Princesa Isabel, regente do Trono, para o ideal da campanha redentora. Há os que sustentam que a Princesa Isabel, nesse lance histórico, teria agido politicamente, procurando preservar os próprios interesses do trono, ainda que outros entendessem que a abolição significava a queda próxima da Monarquia. Tanto assim que, antes de assinar a Lei Áurea, consultou ela o Conde D'Eu, o príncipe consorte, com quem sempre viveu na melhor das harmonias, pois o amava com tôdas as veras do seu coração, conforme ela mesma confessa em seu diário íntimo.

Entretanto, no que respeita à Lei Áurea, a discordância foi completa. Não assinou, Isabel. É o fim da monarquia, afirmou o Conde D'Eu. Apesar disso, a Princesa Isabel resolveu sancionar a lei magnânima, numa confissão que a eleva e dignifica: "Podia eu, batizada e livre, suportar que meus irmãos em Jesus Cristo continuassem escravizados, êles que não tinham senão a mim para os libertar?"

Devemos reconhecer que foi a propaganda, não apenas de Joaquim Nabuco, de Rebouças, de Ruy Barbosa, Silva Jardim e Lopes Trovão, mas sobretudo de Patrocínio, que conquistou para a causa abolicionista o apoio da Regente do Império naquela época.

A sinceridade era realmente um traço vivo em toda a atuação política e literária de Patrocínio. Agradecido ao gesto da Princesa, penetrou no Paço, a 13 de maio de 1888, carregado nos braços do povo. E êle, que era sobretudo nervos e emoção, arrojou-se aos pés da Redentora, dizendo: "Minha alma sobe de joelhos nestes Paços". Os republicanos não estimaram o gesto de Patrocínio. É que Patrocínio tinha como idéia principal e maior de sua vida pública, a abolição, que sobrelevava a tôdas as demais, ainda que fôsse republicano desde os bancos acadêmicos. Daí entenderem muitos, inclusive os seus mais íntimos amigos, que êle perdeu o momento ideal de morrer, que foi ao tempo da abolição. O destino assim não quis. Devia sobreviver para sofrer a própria glória.

Patrocínio é como essa planta que viceja nos campos e nos jardins — a piteira: vive, forte, resistente, cheia de seiva, mesmo na adversidade do clima e da terra, mas, ao florir, num alto pendão, esgota-se, fenece e morre. E o pendão das idéias e da campanha de Patrocínio tinha sido inegavelmente a Abolição, pela qual êle lutara, a ponto de ser cognomi-

nado o "Tigre da Abolição", pelo escritor Oswaldo Orico.

O Sr. Oswaldo Orico — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GETÚLIO MOURA — Com muito prazer.

O Sr. Oswaldo Orico — Agradecendo as generosas palavras com que V. Ex.^a voz autorizada da sua província, pelo brilho e pela cultura. . .

O SR. GETÚLIO MOURA — Não apoiado. (Apoiados Gerais).

O Sr. Oswaldo Orico — . . . se refere ao meu modesto trabalho, devo assinalar que está tocando um dos pontos mais interessantes da história do Império e da República. O papel de Patrocínio em face do trono e da Princesa Regente. Realmente, V. Ex.^a tem razão. Patrocínio tinha ideais abolicionistas e ideais republicanos. No fundo era — e não podia deixar de ser — um republicano. A gratidão de sua raça falou, entretanto, mais alto do que os seus objetivos revolucionários. E Patrocínio, fazendo a sua aliança com o trono, o qual quis defender até na possibilidade do 3.^o reinado com a Guarda Negra, rompeu com os amigos, rompeu com Rebouças, rompeu com Silva Jardim, rompeu com Lopes Trovão, para ficar fiel à mão que tinha assinado a libertação de sua raça.

O SR. GETÚLIO MOURA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a que enriquece e ilumina a minha despre-

tenciosa oração. Queria, realmente, acentuar que para se fazer a devida justiça a José do Patrocínio, no que concerne ao princípio republicano, precisamos ter em vista que êle era um descendente da gente negra, êle havia libertado a sua raça. Receiou que a queda de Isabel pudesse significar a revogação da própria lei que havia dado a liberdade aos escravos. E, nessa conjuntura, tangido pelos seus sentimentos, pela sua sinceridade, inspira a organização da Guarda Negra, que visava defender o trono e a Princesa, mas foi causa de incidentes com os republicanos. Não via Patrocínio nesse gesto o desejo de perpetuar o trono, mas o que êle não entendia era que republicanos os mais autorizados, sustentassem que se deveria proclamar a República após a morte do Imperador D. Pedro II. Para êle isso significava uma injustiça. Então Isabel, a Redentora, Isabel que libertou milhões de brasileiros, não tinha qualidades para prosseguir na Monarquia? Era êsse o grande desacôrdo de José do Patrocínio, com outros republicanos. Não compreendia que o trono só pudesse subsistir enquanto estivesse vivo o Imperador. Para êle a Princesa Isabel tinha qualidades de reinante superiores às do venerando e nobre monarca. Nessa divergência rompe com Silva Jardim, Lopes Trovão e outros companheiros de jornada republicana.

Silva Jardim, num comício memorável realizado no Teatro Lucinda, critica a atuação de José do Patrocínio que se lhe antolha prêso demais à monarquia. Patrocínio ouve a objurgatória. Precisa tam-

bém falar. Levanta-se para fazê-lo numa assembléia que lhe parece adversa naquele momento histórico. Começa a oração. Está apático, sem energia, sem brilho, murcho. Não é o tribuno cuja eloquência eletrizava as multidões. A figura física desarrumada: gordo, barbado, a indumentária exótica, "era um desmantêlo trágico de tormenta", na descrição de Coelho Neto.

Patrocínio não era um orador ativo, educado e elegante. Vencia pelos lampejos da inspiração. Recolhia do ambiente os temas do seu discurso. Era um improvisador emérito.

Nesse dia a assistência começa a hostilizá-lo através de uma vaia. Todos pressentem o fracasso de Patrocínio. É o declínio do ídolo. Paula Ney, seu amigo de todas as horas, mistura-se à multidão e, conhecendo o temperamento de Patrocínio, procura feri-lo, atingindo-lhe os brios, para despertar o gigante adormecido. E, sem lograr ser identificado, Paula Ney grita: "Cala a boca, negro. Fôste o último negro vendido". A injúria fuzilou como um relâmpago, recorda Oswaldo Orico.

José do Patrocínio readquire as energias que revelava na tribuna nos momentos graves e decisivos. Reapruma-se e profere uma alocução imortal: "Negro, sim. Deus me deu a côr de Otelo, para que eu tivesse ciúmes da minha pátria". Com essas palavras domina o tumulto, vence os antagonistas e deixa o teatro, ovacionado por aquela mesma multidão que havia pouco tentara vaiá-lo.

Tôda a vida de José do Patrocínio tem seus momentos altos nestas improvisações geniais. Nunca escreveu um discurso. Tribuno impetuoso, árdego e vibrante, sua palavra era viva e quente como o aço nas retortas.

Há ainda outro episódio que revela bem a sua inteligência ágil e pronta, nos momentos difíceis e cruciais. Lutando pela causa da abolição com verdadeiro fanatismo, esgotou grande parte de suas energias criadoras. Penetra na República vazio, como flôr sem perfume. Exaurira-se no esforço de fazer vingar o ideal magnífico que fôra a chama de sua própria vida.

Falando num comício popular tão do seu gôsto, pois era filho anônimo das massas, e viveu, lutou e sofreu pela liberdade de seus irmãos cativos, vê-se às bordas de um insucesso oratório, vítima aparentemente de uma inibição mental, que o povo denomina "caroço". Fazia Patrocínio o retrospecto da vida de vários países e ao chegar ao Brasil, declara: "O Brasil? . . ." E parou. Surgiram as primeiras gargalhadas. Êle, impassível e sereno repetiu: "O Brasil?". E, então, estrugiu incoercível vaia. Era o fracasso definitivo do grande orador negro. José do Patrocínio aguilhoado pela assuada da assistência, tira do incidente o êxito que lhe escapava, exclamando, num rasgo de cólera eloquente: "O Brasil . . . que somos nós? que somos nós? Somos um povo que ri, quando devia chorar".

O Sr. Flôres da Cunha — Permita-me V. Ex.^a uma informação histórica.

O SR. GETÚLIO MOURA — Com muito prazer e honra.

O Sr. Flôres da Cunha — Sobre a eloquência de José do Patrocínio eu poderia dar o meu testemunho. Era ainda eu estudante de preparatórios em São Paulo, logo depois de terminado o Governo de Prudente de Moraes, quando ouvi um discurso por ele pronunciado na porta do "Hotel de France", na rua Direita, em São Paulo, pois que ele acompanhara Prudente de Moraes ao descer do Poder. Estava recebendo a manifestação dos acadêmicos de Direito e do povo, êle antijacobino, antiflorianista, quando, na porta do hotel, comentando a situação do Brasil, dizia: "Eu coro de vergonha ante a atual situação do nosso País ..." E, depois baixinho — que eu ouvi — pois que êle era mulato, acrescentou: "Se me é possível corar ..." (Riso).

O SR. GETÚLIO MOURA — Agradeço o testemunho de V. Ex.^a que incorporo, com desvanecimento, ao meu discurso.

Republicano por princípio, ainda que fervoroso adepto da "loura mãe dos brasileiros", aplaudiu o advento da república, de uma das sacadas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, classificando o acontecimento de "fato auspicioso".

André Rebouças protestou contra a nova orientação de Patrocínio, dada a sua aliança com a her-

deira do trono. Os republicanos, por sua vez, acusaram-no de abissinismo.

Respondendo a Rebouças, que "fôra sempre a alma de sua alma", pelas colunas da *Cidade do Rio*, Patrocínio explica a divergência fundamental entre o pensamento de ambos: Rebouças foi sempre monarquista, êle sempre republicano.

"Nunca entrei em conchavos com a família imperial" — insistia Patrocínio.

O que é certo, todavia, é que não mereceu a confiança dos republicanos ortodoxos.

A República não lhe deu nenhuma oportunidade política. Enquanto seus companheiros das batalhas da Abolição saíram delas para os ministérios, as embaixadas, os gordos consulados, as cadeiras das assembléias e do Senado, Patrocínio voltava para o pelourinho da imprensa, a comer o pão amargo da desventura, numa judiciosa apreciação de Silvio Romero que vê, nessa injustiça, o preconceito da cor a influir no destino político de Patrocínio.

Continuou, todavia, na sua trincheira de combatente, dirigindo a *Cidade do Rio*, mas sem a flama crepitante que o envolvia num nimbo de luz sideral, ao tempo da campanha abolicionista.

Conheceram-no tôdas as causas generosas que no seu tempo se agitaram neste país — reconhece Mario de Alencar. Elogiou Deodoro e combateu Floriano. Foi desterrado para o inóspito e distante Amazonas, na região quase selvagem de Cucuí. Reintegrado na civilização, através da anistia e da ação paci-

ficadora de Prudente de Moraes, saudou na pessoa do novo Presidente um período melhor para a República, que começava a funcionar com o seu mecanismo legal.

Nas medidas repressivas que se seguiram ao atentado contra o chefe do Governo, Ruy Barbosa, levado pelo seu senso jurídico, impetra uma ordem de *habeas corpus* em favor dos prisioneiros políticos, sem distinguir entre as vítimas os adversários e os amigos, como bem salienta o festejado autor do *Tigre da Abolição*. Patrocínio, que venerava a figura de Prudente — o “Santo Varão” — desfere a cólera do seu fanatismo contra Ruy Barbosa “o mestre dos juizes”. Ruy levanta a luva do desafio e compara Patrocínio a Aretino, salteador do espírito, procurando “exercer sobre a sociedade apavorada o monopólio da pena”. José do Patrocínio não se intimida, apesar da grandeza incomensurável do opositor. Replica com energia, mas sem a claridade, o encanto e o brilho do genial baiano. *Hipocrisia* — é a sua resposta. Rui nesse artigo, é retratado como um simples Tartufo, que “vive abraçado à lei como um asceta ao crucifixo, e, no entanto, o seu cérebro só ruma a serventia imoral dessa lei às suas ambições e egoísmo”. São duas páginas diferentes na forma, porém, ambas traem o ardor dos combatentes. Ruy, é o estilista exímio, mestre da língua, a compor filigranas de ourivesaria. Sua composição literária é cintilante, a refletir, nos seus múltiplos ângulos, o esmero da lapi-

dação. José do Patrocínio não é um fetichista da forma. É emoção, ruído, tempestade, fulguração, relâmpago, como a natureza em desordem. Permanecerá intacto, com aquela irradiação imperecível “de que só os diamantes negros desfrutam o privilégio”, ressalta Felix Pacheco.

Nessas acesas polêmicas com seus amigos e companheiros de jornadas liberais, Patrocínio vai perdendo substância, prestígio, até diluir-se nas sombras de um ocaso prematuro e inevitável. Premido por dificuldades financeiras, pois nunca fôra um ecônomo no bom sentido, tem de abandonar a direção do seu jornal e volta a ser um quase estranho na imprensa, onde escreve artigos e crônicas, como no início de sua vida, para assegurar a subsistência do próprio lar. Esconde a miséria que o aflige num subúrbio distante — Piedade, nome que, por ironia do destino, lembra o traço marcante de sua vida de lidador pelos fracos, de cruzado eterno de um sentimento cristão — piedade.

Os últimos anos de vida laboriosa, atormentada, viveu-os como um visionário, sonhando com a dirigibilidade dos balões. Era um inventor lírico, imaginativo e sem técnica. Chegou a construir o balão — “Santa Cruz”. Falava com entusiasmo e segurança do seu invento, no meio do ceticismo geral. Antonio Prado, ao regressar de São Paulo, onde acabara de fundar um partido político, tranquilizava os zelos republicanos de José do Patrocínio, dizendo-lhe: — “O Meu partido é como o teu balão...”

E, rematando a pilhéria, num desengano para o inventor: — “Meu partido também não sobe. . .”.

O balão realmente nunca subiu, nem tinha condições para fazê-lo. Patrocínio o idealizara na ânsia de subir os páramos, de tocar o infinito, de furar as nuvens, cansado das lutas terrenas. Foi a derradeira preocupação do seu espírito — escreve Mario de Alencar. Aborrecido da terra, a imaginação pedia o espaço ilimitado do céu.

A moléstia veio agravar-lhe a miséria, precipitando-lhe o fim. Esquecido de quase todos, inclusive do povo que o aclamava nos dias fúlgidos de glória, Patrocínio definha na obscuridade e na pobreza. Continua a escrever para ganhar o pão amargo da subsistência, quando já lhe fugiam as forças físicas. O último lampejo de sua vida ainda é o mesmo ideal da adolescência — piedade para os desprotegidos. Escrevia uma nota sobre a fundação da Sociedade Protetora dos Animais: — “Eu tenho pelos animais um respeito egípcio. Penso que eles têm alma, ainda que rudimentar, e que eles sofrem conscientemente as revoltas contra a injustiça humana” — escrevia José do Patrocínio, quando a morte lhe interrompeu o pensamento, deixando inacabado o apêlo em prol dos animais, outras vítimas da maldade humana “talvez mais gratos do que os homens”, no entender de Coelho Neto.

Uma golfada de sangue, a última de um mal cardíaco, deve ter tingido de rubro o papel sobre o qual Patrocínio escrevia.

Há uma identidade trágica, estranha e dramática, no primeiro e no último protesto de José do Patrocínio. Ambos se fazem com sangue: o primeiro, na fazenda, contra a instituição bárbara do cativeiro; o último, na defesa dos animais. É, por isso, que Coelho Neto exclama, ao relatar sua derradeira visita ao maior jornalista da Abolição: “Acabou numa explosão o que vivera em explosões: caiu afogado em sangue, como o sol tomba no acaso envôlto em mortalha de púrpura”.

A Velha Província do Rio de Janeiro tem orgulho de ver festejar, nesta data, o centenário do nascimento de um dos seus maiores filhos. Devemos ao trabalho do acadêmico Oswaldo Orico a retificação da data do nascimento de José do Patrocínio. Os Srs. Deputados ouviram, ontem, o rumor de várias solenidades, inclusive oficiais, no rádio, nos jornais, por toda a parte, celebrando o centenário no dia 8, quando a certidão de batismo, cujo *fac-simile* está transcrito no “Tigre da Abolição”, não deixa dúvida alguma que nasceu, realmente, em 9 de outubro de 1853, na cidade de Campos.

O Sr. Oswaldo Orico — Nesse sentido, grande parte da sociedade brasileira, e sobretudo as Câmaras Legislativas do país, decidiram seguir o certo. A Câmara dos Deputados está celebrando o centenário de José do Patrocínio, pela palavra de V. Ex.^a e do ilustre Deputado Ruy Santos, no dia exato. Igualmente, no Senado, falará, hoje, o Sr. Senador Pereira Pinto, que recebeu solicitação especial da cidade de

Campos, berço do glorioso abolicionista, de acôrdo, assim, com a reconstituição da data.

O SR. GETÚLIO MOURA — Realmente, as Casas do Congresso estão celebrando no dia exato o centenário de José do Patrocínio, graças ao trabalho de V. Ex.^a.

Finalizando, Srs. Deputados, quero salientar a posição singular, ímpar, em que se encontrava a Província do Rio de Janeiro, face ao escravagismo. De um lado, na tribuna popular e no jornalismo, pontificava José do Patrocínio, gênio de sua raça; de outro lado, também fluminense, mas conservadorista ferrenho, tínhamos Andrade Figueira, inteligência e patriotismo a serviço do Brasil, refulgindo na tribuna parlamentar, além de Paulino de Souza, que imprimia uma orientação inflexível à representação da Província, tornando-a inexpugnável aos ideais abolicionistas, na observação de Evaristo de Moraes. Lutaram por idéias diferentes — uns queriam a liberdade imediata dos escravos, enquanto que outros, olhando os interesses do Brasil, receavam que a abolição total da escravatura, liberando a mão-de-obra, trouxesse como consequência o colapso da lavoura, representada pelo café e a cana de açúcar. Do mesmo pensamento participavam outros brasileiros com responsabilidades definidas na vida pública do país, inclusive o Barão de Cotegipe, que vaticinava o desequilíbrio econômico e a ruína do Brasil, como decorrência da extinção do trabalho escravo. Tão seguro estava de sua previsão

que, caso ela se não realizasse, deveriam escrever sobre o seu túmulo o seguinte epitáfio: "O chamado no século Barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley, era um visionário".

A Província do Estado do Rio de Janeiro, magnífica floração de estadistas no fim do Império e no alvorecer da República, polarizava as atenções da opinião pública pela intervenção dos seus filhos no agudo problema do escravagismo. Andrade Figueira, na Câmara, procurava retardar a marcha vitoriosa do projeto do Ministro Rodrigo Silva, até com simples questões regimentais, enquanto que José do Patrocínio, na praça pública, conduzindo o povo: no Paço, junto à Regente, lutava pela abolição imediata, pois a idéia já havia conquistado o Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o dia de hoje é realmente glorioso para o Estado do Rio de Janeiro, berço privilegiado de tantos estadistas, escritores, poetas e jornalistas. É que se observa, no país inteiro, um belo movimento reivindicador para situar José do Patrocínio no justo lugar que lhe cabe na História: realizador de uma revolução, antes que a lei a fizesse, pois a lei de 13 de maio apenas reconheceu e sancionou um fato consumado.

José do Patrocínio merece o respeito e a veneração de todos os brasileiros. É que uma grande vida, disse Alfred de Vigny, é um pensamento da mocidade realizado pela idade madura (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS:

Sr. Presidente: há um século — precisamente há um século na data de hoje e não na de ontem — nascia no Estado do Rio, José Carlos do Patrocínio. Ele mesmo respondendo, certa feita, a inimigos que lhe perguntavam como vivia e de que vivia, disse que era filho de uma “pobre preta quitandeira de Campos”. Ante essa referência, seus biógrafos não vão além da quitanda da Rua dos Andradas. Ainda há poucos dias, porém, me dizia um dos que mais e melhor o estudaram — o Prof. Thiers Martins Moreira — que Patrocínio nasceu escravo. E não deixa de ter razão na sua suspeita. Não é só pelo *exposto* referido na certidão que Oswaldo Orico estampa em seu livro, nem pelo *digo* e nota à margem, retificações que podem correr pelas precauções da paternidade. Disse-me o Prof. Thiers Martins Moreira que teve em mãos, em Campos, autos em que Miguel Baleoni questionava com a amante de seu pai, por sinal aquela Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo que foi madrinha de Patrocínio e que fêz do vigário de Campos depositário de vários bens, inclusive escravos. Desta relação consta uma Justina com a nota de *bem parecida*. Não se estará assim avançando imprecavidamente tomando a Justina Maria do Espírito Santo, mãe de Patrocínio, a quitandeira a que se referia o filho como aquela Justina, escrava de Emerenciana.

A escrava tomar-lhe-ia o sobrenome. A preferência do vigário que não foi guarda fiel, confirma o *bem parecida* dos autos. O *exposto* José Carlos nasceu, pois, escravo. E que a quitanda só apareceu tempos depois, é Evaristo de Moraes quem nos diz:

— “Tampouco a mãe de Patrocínio *quitandou*, enquanto êle habitou Campos, em companhia dela e do pai”.

Este era o padre João Carlos Monteiro, vigário da freguesia, pregador da Capela Imperial e “um dos melhores oradores sagrados de sua época”. Patrocínio era, pois, filho de padre como Feijó, como José de Alencar, como o senador Pompeu, como Pedro Moacir, como Bevilacqua, como tantos outros nomes do Império, e dos primeiros anos da República. Tão repetida essa ascendência que parece ter sido moda em certo período de nossa evolução. Conta, aliás, o deputado José Augusto que em uma reunião da congregação do Liceu Cearense, presidido pelo senador Pompeu, um docente se insurgiu contra a entrada de certo candidato para o estabelecimento, sob o fundamento de que era filho de padre. E como insistisse no argumento, um vizinho lhe segredou:

— Acabe com isto. . . O professor Pompeu também é filho de padre. . .

O professor calou-se e deixou o Liceu desapontado. Ao chegar à rua, encontrou-se com o des. João Firmino, tido como uma das maiores figuras do Tribunal local. E desabafou. Contou o que se passara.

— Mas eu também sou filho de padre! . . .

O professor riu um riso amarelo e se despediu. À tarde, no Forum, após tratar de vários assuntos com o Dr. Raimundo Ribeiro, o maior advogado de Fortaleza, contou-lhe as gafes cometidas. O Dr. Raimundo, porém, lhe respondeu:

— Mas eu também sou. . .

O jovem catão do Liceu Cearense não se conteve e buscou uma saída:

— Vejo agora de onde decorre a minha burrice: eu não sou filho de padre. . .

Patrocínio, filho de uma preta, indo e vindo à fazenda "Lagoa de Cima" de propriedade do vigário seu pai — um dos beneficiados pela repartição escandalosa de africanos livres — cresceria sentindo e se deixando marcar pelo sofrimento de sua gente. Contou mais de uma vez o que assistira. Presenciaria, já adolescente, as humilhações que a amante preta sofreria de parte de sua parceira branca de mancebia. E a preta era a sua mãe. Deixou Campos, talvez por isso, em busca do Rio de Janeiro. Ele conta a vida que começou "como quase servente aprendiz extranumerário da Santa Casa de Misericórdia". Ganhava 2 mil réis por mês. "Tinha também 16 mil réis de mesada que era mandada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas era meu pai". E começou a estudar. Seu sonho era fazer-se médico. Apareceu-lhe, contudo, outro padre na sua vida. Consegue todos os preparatórios, menos um, o de filosofia. Um Frei Saturnino não lhe permitiu ir adiante. Teve en-

tão que se fazer farmacêutico. Anos depois, escrevendo um artigo *Jesus*, que Fausto Barreto e Carlos de Laet incluem na sua antologia, êle perguntaria:

"Porque combatem a fé cristã, se em cada ato, se em cada palavra de Jesus está o mais belo ensinamento de moral privada e social"?

E responde:

"Porque tem sido mal praticada por muitos sacerdotes".

Que exemplos teria à sua frente à hora da resposta que atribuiria a outrem? O padre João Carlos que desvirginou a talvez escrava de d. Emerenciana, que maltratava os escravos, que lhe cortara a mesada? Frei Saturnino que lhe interceptara a tendência vocacional? Nem um, nem outro?

Diplomado em farmácia, sua vida de privações continuaria a mesma. Tomou uma resolução:

"Resolvi morrer de fome. Não alugaria o título que me custara tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias até então experimentadas".

Anote-se a confissão de um jovem de 21 anos: "únicas alegrias experimentadas".

Não morreria de fome, porém. Um colega levou-o para casa. Hospedou-o. Em pouco, entretanto, estaria se instalando no coração de Henriqueta, irmã do condiscípulo. Versos que então fazia facilitaram-lhe a conquista. Estas e outras rimas abriram-lhe também as portas da *Gazeta de Notícias*. "Três sonetos, versos de amor — mostrados a Ferreira de

Araujo." Não se encontra contudo, nêles, nada que lhe faça refulgir o nome. Vejamos êste:

"Precisa-se... uma dona mais ou menos,
Como segue: mignon, pés pequeninos,
Pèzinhos trinta e um, sem calos, finos
Que dê passos miúdos e serenos.

A face deve ter uns tons morenos
Muito e muito de leve; olhos divinos
Fontes de adorações e desatinos
Enérgicos agora e logo amenos.

Mãozinha escultural, tôda animosa,
Veludo a palma, as unhas côr de rosa
Que calce letra Z sendo menor.

Colo dos mais gentis, voz feiticeira
Que deva soluçar prantos de herdeira
Meses depois da confissão de amor".

O Tigre, por êsse tempo, era Pombo: arrulhava... Foi êsse arrulhar que lhe deu a grande oportunidade, que lhe franqueou a grande tribuna: o jornal.

Começou fazendo versos, publicando rodapés rimados. Diz Coelho Neto, em "Conquista", que êle, ao planejar seu jornal, reservou-se o artigo e o noticiário. E ante a estranheza dos companheiros que o viam reservando isto para si:

"Quero a notícia feita com talento. É preciso que a local emocione. O público tem necessidade de choques violentos. O melhor Jornal é o que mais comove: isto é, o que explora, com mais habilidade, o emocional".

E contrasta:

"Aqui a coisa resumida e sêca: "Estando ontem a trabalhar no andaime do prédio em construção à rua tal, número tantos, perdendo o equilíbrio veio abaixo o pedreiro fulano, morrendo instantâneamente. O cadáver foi recolhido ao necrotério". Está aí tudo — o desastre, as conseqüências do desastre, o destino que teve a vítima. Pensas que isto basta ao leitor? Estás enganado. A notícia, para agradar, deve ser escrita nestes têrmos. E, inclinando-se sôbre a mesa, Patrocínio, passando o dedo pelo mármore, como se escrevesse, exclamou: Grande Desastre! em letras garrafais... Agora o caso, com todos os temperos: "Quando, ao romper da manhã de ontem fulano de tal, homem laborioso e honesto, que só via Deus no céu e a família na terra, saiu de casa, contente, pensando nos filhinhos que haviam ficado adormecidos, mal podia suspeitar, o infeliz, que nunca mais tornaria àquele lar e aos carinhos dos seus, porque a morte insidiosa já o esperava no próprio pôsto do trabalho. A fatalidade..." por aí além, em tom patético. A descrição da queda com uma onomatopéia para o bater do corpo na calçada, o esfacelamento do crâneo, os miolos salpicando os paus do andaime, os olhos esbogalhados. Depois o necrotério,

a chegada da viúva com os filhinhos, o entêrro, o luto e a miséria no lar”.

Já Bilac pedia:

“Não faça notícias; a notícia embota. Ataque as instituições, desmantele a sociedade, conflagre o país, excite os poderes públicos, revolte o comércio, assanhe as indústrias, enfureça as classes operárias, subleve os escravos, mas não escreva uma linha, uma palavra sôbre notas policiais”.

Mas que a razão está com Patrocínio, está. Se assim, ontem, mais hoje. O povo não lê artigos, nem sueltos; o povo não sai das páginas do noticiário. O homem do povo não lê o tópico em que se condena o governo pela alta da carne, ou pela falta de energia; mas devora o noticiário da COFAP e das feiras, as reportagens sôbre a cidade em semi “black-out”.

Antes da *Gazeta*, tentou Patrocínio os “Ferrões”, gênero de jornal mais próprio à sua revolta íntima. Não foi, contudo, além do décimo número. As colunas do jornal de Ferreira de Araújo foram a sua barricada. O chefe, cedo, descobrir-lhe-ia as qualidades e o mandaria para a Câmara, o faria integrar essa bancada daí, onde passaria a sentir a vida política, a ver os homens políticos. Sob o pseudônimo de Proudhomme escreveu a primeira nota a favor da abolição. Não parou então de subir.

Da *Gazeta de Notícias* passou à *Gazeta da Tarde*, jornal menos prêso ao convencionalismo da época, aos interesses de grupos, e em que mais livremente se poria a serviço da causa da sua gente. Morre, porém,

Ferreira de Menezes, um dos donos da *Gazeta da Tarde* e Patrocínio, com quinze contos fornecidos pelo sogro, o capitão Sena, a compra. Quinze contos, pode-se dizer, iria custar a campanha da abolição!

Por êsse tempo Zé do Pato já vivia da redação para a praça pública. Era escrevendo e discursando. O jornalista e o tribuno passam a se confundir. Escrevia falando e falava escrevendo. É Mário de Alencar quem diz que êle “escrevia como falava, sem emendar os períodos, sem lhes dar o polido de arte. Não formou um estilo, porque foi um pródigo da riqueza que tinha; faltou-lhe o dom da economia intelectual, a paciência para esperar a cristalização do pensamento”.

“Era um espontâneo, — “dizia Coelho Neto. Realmente, tudo na sua obra seria natural, normal. O adjetivo que me vem, à minha formação médica, é *fisiológico*. Jornalista e tribuno tomam então conta da rua, do Rio. O povo passou a identificá-lo, onde aparecia, a exigi-lo presente, permanentemente presente, aos comícios.

Um grande tribuno político dos nossos dias, relembrando-me, certa feita, cena a que assistiu quando na tribuna dessa Câmara, me dizia:

— Eu estava na cena dos óculos.

E ante o meu espanto:

— Eu limpava os óculos para ler a moção.

A cena dos óculos! Em Patrocínio não havia preparação cênica. Acredito mesmo que parte do segredo dos seus sucessos oratórios estivesse no seu

tipo: da côr da pele ao desalinho. Pinta-o Coelho Neto:

"Quem o viu na tribuna guarda, por certo, na lembrança, a sua estranha figura semi-bárbara, quase grotesca. Não era um orador de escola disciplinado e elegante; era um ímpeto. A sua palavra não tinha melodia — era silvo ou rugido; o seu gesto era desmantelado, o seu olhar despedia fagulhas. Avançava, recuava, agachava-se, gingava, retraia-se, despejava-se, ficava nas pontas dos pés, arremangado, com a gola do casaco tão subida que, às vêzes, parecia um capuz de monge; o colête sungado deixava espoucar a camisa — era um desmantêlo trágico de tormenta".

Era um homem nervo. Os homens como êle vivem a vida dos grandes momentos. Têm os excitantes próprios. Fora dêles, pode o mundo se acabar. Tendo se apresentado como gênios, não passam, fora do seu grande motivo, de mediócrs e banais. Caem. Tornam-se irreconhecidos. Bem positivador disso é o célebre episódio do Teatro Lucinda, contestado por Medeiros e Albuquerque, segundo nos refere Oswaldo Orico. O teatro estava cheio, a ouvir entusiasmado Silva Jardim. Patrocínio assistia de um camarote, apesar de não fazer causa com os homens de 1889. Silva Jardim acusou-o, face a face. Neste dia lhe foi sapecada a célebre frase de que êle estava "cativo de um beijo com que a princesa ameigara o filho". Do camarote, onde se encontrava com os companheiros de sempre, Patrocínio resolveu falar. Os nervos não estavam, entretanto, excitados. Fala em

"tom flébil, tímido, mastigando as palavras". Os companheiros se inquietam, vendo-o derrotado. A assistência não reconhece o seu tribuno. Paula Ney alarmado com o fracasso do companheiro, retirou-se devagar e correu à torrinha. Patrocínio continuava com os nervos adormecidos. Espicaçando-o, despertando-o, Paula Ney gritou:

— Cala a bôca, negro!

E descreve Coelho Neto:

"Patrocínio bambeou, tremeu; acenderam-se-lhe os olhos, as narinas entraram a falar sôfregamente como se farejassem com raiva, o seu corpo pôs-se a oscilar como zimbrando em mareta e o gigante reapareceu formidando".

Reconquistou de logo o auditório:

— Deus só me concedeu a côr de Otelo para que amasse com ciúmes a minha pátria".

O Sr. Oswaldo Orico — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Oswaldo Orico — Já que a Câmara, neste momento, pela palavra de dois brilhantes oradores, o Sr. Deputado Getúlio Moura que ocupou a tribuna e V. Ex.^a que a ocupa nesta ocasião, está fazendo verdadeira revisão do processo literário da época e, como essa versão de Coelho Neto foi contestada, não só por Medeiros e Albuquerque, senão também por outros cronistas daquele tempo, desejo trazer uma contribuição. Acaba de me ser relatado pelo nosso colega

Sr. Gustavo Capanema episódio testemunhado também pelo insigne jurista Professor Mendes Pimentel, que lhe transmitiu a impressão que recebeu, quando estudante, da memorável cena narrada por Coelho Neto.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço o aparte autorizado de V. Ex.^a.

Conta também Coelho Neto, em *Conquista*, que Anselmo, o secretário da *Cidade do Rio* — e que era êle Coelho — entrou uma manhã no gabinete de Patrocínio com “O País” na mão:

— Já leste êste artigo?

— Que artigo?

— Do Silva Jardim.

O Secretário exigia uma resposta imediata, mas o redator-chefe apenas respondeu:

— José do Patrocínio não é um homem, é uma causa. A minha pessoa não vale a minha idéia. Que me insultem à vontade”.

E tomando do papel:

— Vou escrever um artigo sobre o quilombo de Jabaquara.

Patrocínio desligando-se, com saudade, da “Gazeta da Tarde”, fundou a “Cidade do Rio”. Coelho Neto diz-nos isso em *Conquista*, mas não nos dá o porquê daquele desligamento. Patrocínio sempre falava nas rodas dos amigos do jornal que ainda faria e que seria de todos, jornal que competiria com os principais da América. O primeiro número é de 28

de setembro de 1887. Sob o título *Nós*, apresenta-se, dizendo, que “não principiamos, continuamos”. E mais adiante, conclui Patrocínio:

“A última fase da propaganda abolicionista entre nós, basta para demonstrá-lo. Para aniquilá-la, decretaram o pacto negro de 28 de setembro de 1885, e apesar de todo o esforço para fazer dessa lei, iníqua e desumana, o *Syllabus* dos direitos da raça oprimida, ainda aí se encontra o germen da abolição. De modo que a monstruosidade legislativa lembra a imagem de José de Alencar: “certas leguminosas, cujo grêlo germina e polula sem alterar a pequena semente, que fica aderindo às raízes da planta”.

Em vão o governo diz que não concederá a abolição nem um centímetro além da lei escravizadora: as bravatas oficiais perderam muito de prestígio depois da célebre frase de Júlio Fa-bre: nem uma pedra das nossas fortalezas, nem um palmo de nosso território. Na guerra, como na guerra. Quando o mais fraco nega-se à capitulação, é direito do mais forte derrotá-lo no campo de combate.

Quem penetra na alma de nossa pátria assiste aí, no romper demorado, mas invencível, ao arrebol da igualdade nacional. Quando conseguirá êle espancar de todo a treva, que ainda paira sobre o parlamento e as classes poderosas, não o sabemos; afirmamos, porém, que a noite

do cativo já não comporta sequer a modorra da liberdade.

A abolição já não admite projetos. A lei está escrita na consciência pública. Tem data; é a mesma em que a humanidade celebra o centenário dos Direitos do Homem — 1889”.

Patrocínio já vive da redação para os comícios. Sua redação, aliás, é um permanente comício. Seus companheiros são Aloisio Azevedo, Luis Murat, Coelho Neto, Bilac, Paula Ney, Guimarães Passos, Raul Pompeia, Pardal Mallet. Era falando e escrevendo. Agremiando prosélitos e disseminando a idéia. Enquanto Nabuco agia de cima para baixo, êle atacava de baixo para cima. Encontrar-se-iam, como se encontraram.

A “Cidade do Rio” viveu sempre em dificuldades. Deve ter sido um alívio para a direção, quando Floriano a suspendeu por uns tempos. “Patrocínio” — diz Evaristo de Moraes — “era economicamente muito desordenado: a despeito do que dêle se diz, não sabia ganhar dinheiro e menos ainda guardar o que ganhava”.

Vivaldo Coaracy, que trabalhou na “Cidade do Rio” diz que

“Patrocínio, nos tempos em que melhor o conheci, já na fase final da existência, sob a premissa das necessidades da vida tumultuosa e desordenada que levava, comparava-se sem rodeios, a um advogado, com banca aberta para

contratar defesas e acusações, mediante uma tarifa de serviços. A sua tribuna era o jornal. Muito jornalista fêz o mesmo antes dêle, muitos continuam a fazê-lo depois”.

Isto, porém, é um depoimento isolado.

Já Lima Barreto, o grande amargurado, o revoltado contra tudo e contra todos, diria, em seu “Diário íntimo”, numa grosseira injustiça:

“Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, lacaio de todos os patoteiros, alugado a tôdas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição. Necessariamente, êle se serviu da coisa como um meio de arranjar facilmente dinheiro, explorou-a em seu proveito, na parte pecuniária e na parte gloriosa”.

Aliás a vida de dificuldades que Patrocínio levou são a melhor contestação à afirmativa de Vivaldo Coaracy. A posição a que êle chegou, o poder de sua pena e de sua palavra escancariam cofres públicos e particulares. Diz alto do prestígio atingido a relação dos presentes ao enterro da preta Justina, a quitandeira da rua dos Andradas de Campos que havia trazido para o Rio. Lá estavam o Senador Dantas, Ruy, Rodolfo Dantas, Quintino, Nabuco, Sodré Pereira, José Mariano, Campos Sales, Prudente de Moraes, Martim Francisco. Diga-se de Zé do Pato que

foi um leviano, um injusto por vezes, um omisso, um fraco, fraquezas, omissões, injustiças, leviandades que correm por conta de sua condição de homem-nervo e nunca de homem-estômago.

E era de fato um desordenado. E tão desordenado que D. Bibi, sua esposa dedicada, foi forçada a assumir a gerência do jornal. Conta Vivaldo Coaracy que Zé do Pato distribuía, quando tinha, o dinheiro com os companheiros, e a mulher, sabedora, mandava, por trás, buscar o vale. Estava ela, por essas e outras, a atritar-se constantemente com os auxiliares do marido. Desentendimento sério, por vezes, como aquêle com Rafael Pinheiro, em um dia de carnaval. Após uma forte discussão, Rafael meteu o chapéu na cabeça e desceu as escadas. Na porta encontrou-se com Patrocínio:

— Acabou-se, *seu* José. Não sou mais seu empregado.

Contou então o que se dera, os desaforos que dissera. Zé do Pato então perguntou-lhe:

— Você não lhe disse alguma coisa que afete a minha honra pessoal?

— Não. Só faltou isso!

Patrocínio riu. Meteu a mão no bolso, naquele dia cheio de notas, e passou umas ao companheiro:

— Vá se divertir. Você tem mais coragem do que eu, Rafael.

E não subiu.

Patrocínio era assim, essa bondade e aquela paixão.

Quando se entregava às causas era por inteiro. Claro que a da abolição foi a sua causa orgânica, mas tomou outras, relacionadas com ela, ou dela conseqüentes. Jornalista político teria que ser governo ou oposição: quando governo atacava a oposição, quando oposição atacava o governo, praticando justas e injustas. Não poupou, por exemplo, Murtinho, tido como o maior dos nossos ministros da Fazenda. Disse, assim, certa feita, que os quatro irmãos de Murtinho giravam em torno dele, como os quatro dedos da mão em torno do polegar. Genial o achado para referir a gravitação da família em torno do parente que ascende ao poder, limpando por vezes os cofres públicos. Certo que estava sendo injusto. Nesse tempo era oposição: ficara com Prudente contra Campos Sales. Murtinho deixou então escapar, num desabafo:

— Esse prêto não se vende: aluga-se.

Pena alugada! A expressão ficou. Ainda hoje ela anda por aí na boca de toda gente, usada para com todos os jornalistas. Sim: todos. É o que menos se diz de nós. Se a adjetivação que buscamos é a endeusatória, a pena acionada passa a ser a mais brilhante. Ai, porém, daquele que aquece sua pena à chama e a transforma em cautério. Pena alugada! De Patrocínio podia-se dizer tudo, menos isso. Ele já não tinha o que alugar. Sua pena estava dada, dada do primeiro dia, à causa da abolição.

A República, porque não se interessara, fizera com que se voltassem contra si as iras dos republi-

canos. Já vimos como Silva Jardim o tratara. Ruy teve também que castigá-lo. A "Guarda Negra", criada segundo muitos por inspiração de Patrocínio, despertou palavras fortes do baiano. A coisa foi se azedando e Ruy escreveu em 13 de dezembro de 98 "A Difamação", a que se referiu Getúlio Moura, onde diz:

"Tu não vales a pena, Aretino, de que se toque na liberdade, ou se chame a Justiça, para te ir às mãos. Cuidas roubar o nome das tuas vítimas, — e não roubar o dinheiro senão dos que te pagam. A polícia dos teus crimes não se chama legião, chama-se exército, chama-se multidão, chama-se publicidade. A ela não te escapa nem o fundo da consciência, lavrada dos estragos do vício secreto, como à visão radiográfica não escapam hoje os corpos opacos. Quando imaginas estar a sós, manobras a furto, pilhas e assassinas no asilo da honra alheia, quando te laureias de talento e te vestes de eloquência, para marcar os produtos da tua infâmia, colhido estás, despido, apontado, reconhecido, através das tuas roupas de empréstimo, dos teus hábitos de melodrama, nos gilvazes da tua pele, nos estigmas da tua enfermidade, na gafeira da tua nudez. Anda. Já não és "o flagelo dos príncipes". Serás quando muito a delícia dos escravos".

A referência a escravos deve ter sido o condão que tocou Patrocínio. Três dias depois, êle aparecia, na "Cidade do Rio", com o seu "A Hipocrisia". Esquece-se do homem a quem chamara tanta vez, em

cartas, de "imortal amigo". Ao Aretino opõe Tartufo. E diz:

"E tartufo não desapareceu; Aretino como bem disse o Ruy Barbosa há dias, embora se reproduza, não encontra meio propício aos seus triunfos. Aretino no nosso século morreria de fome, no fim de seis meses de prática da sua infâmia; Tartufo, não, sempre lhe é adequado o meio porque o número de tolos é infinito, a classe dos ingênuos é numerosa. Tartufo, por exemplo, vive abraçado à lei como um asceta ao crucifixo, e no entanto o seu cérebro só ruma a serventia imoral dessa lei às suas ambições e egoísmos; Tartufo se proclama o Moisés de um povo e promete conduzi-lo a uma Terra de Promissão de doçura inegável, mas o que Tartufo quer é somente escravos para carregar o seu palanquim de vaidade; Tartufo se diz o imaculado apóstolo da ordem, mas o que êle aspira é a anarquia, é a subversão das instituições".

Patrocínio faz, a seguir, referências diretas a atitudes de Ruy Barbosa para concluir:

"Aretino tinha ao menos a coragem da sua baixeza; feria, porém, também era ferido; Tartufo, no entanto, na sua obra maldita, age com todo sossêgo e segurança de impunidade, pois, conquanto demônio, se nos afigura um arcanjo, do seu rosto transpira uma candura celestial. . ."

Era a luta política. Era a paixão que cegava. Os dois trechos possibilitam, contudo, o confronto de duas técnicas, duas artes. Ruy mais cérebro; Patrocínio, mais nervo. Ruy mais profundidade; Zé do

Pato, o sistema superficial. Ação reflexa, puramente reflexa, no mulato de Campos, que chegava a esquecer, no debate, o cabeçudo da Bahia que, enfrentando a ira floreada, chegou à sua cela de prisioneiro e saiu dali para as portas do Supremo.

A incoerência, porém, a ingratidão é do homem, não é do jornalista. A opinião pública oscila e só há olhos de ver a oscilação dos que a representam. Os homens não praticam apenas bons atos; na hora dos maus não pode haver elogio. Desejável seria que a virtude mais permanente escondesse as fugas ao pecado. Mas se o sacerdote silencia, o vizinho grita, o pecador se trai, a sociedade anota. Poucos os deuses sempre permanentes no altar da nossa veneração; a todo instante estamos a descê-los do seu pedestal. Os deuses do homem sem jornal caem em silêncio; os do jornalista baqueiam com o alarido que sobe do seu suêto, do seu artigo, da sua notícia. O Tigre da Abolição foi combatido por muitos inclusive por Ruy; o Apóstolo da Liberdade teve os seus detratores inclusive Patrocínio.

Sr. Presidente:

Não vim a essa tribuna — em que falo em nome da minoria da Câmara — com o propósito de defender Patrocínio, ou de endeusá-lo: apenas um ligeiro estudo. Sua campanha de jornalista e tribuno pela causa sagrada fazem veniais os pecados que cometeu. Ao repassar-lhe a vida, comovi-me, e profundamente, ante a paixão com que esse negro de gênio se empenhou. Conta Souza Bandeira que, constituído

em 1888, o Ministério João Alfredo, Ferreira Viana foi convidado a integrá-lo. Deixou, então, a presidência do Clube Bethoven, ausência que os companheiros lamentaram em um almoço a que esteve presente Patrocínio. Saudado por Cyro Azevedo, respondeu o Ministro revelando que o “Ministério ia propor às Câmaras a abolição imediata, sem indenização”.

Diz Souza Bandeira que a assistência toda se levantou: “Bem defronte de mim estava José do Patrocínio, a quem pude observar com atenção. Ao ouvir as palavras do Ministro, a sua fisionomia se transfigurou. Brilhou-lhe os olhos um quê de iluminado. A sua face abriu-se em um largo sorriso que parecia refletir uma luz interior. E, de um golpe, como impellido por força estranha, como despersonalizado, fez-se em pé e bradou com uma voz rouca de comoção, esqualida de violência:

“Não peço a palavra, tomo a palavra”. E encerra Souza Bandeira o seu depoimento:

— “As últimas palavras, Patrocínio não pôde concluir. As lágrimas corriam-lhe pela face, os soluços lhe estrangulavam a voz”.

Perdoem, V. Ex.^a e a Câmara, Senhor Presidente, a emoção com que refiro e destaco êsses acontecimentos. Com emoção li, nestes dias, o que do seu ator central disseram Coelho Neto, Mário de Alencar, Evaristo de Moraes, Bilac, Nabuco, Souza Bandeira, Vivaldo Coaracy, Eloy Pontes, o nosso Oswaldo Orico. Li vários dos artigos de Patrocínio, muitos

com aplicação à hora presente. Num, escrito em 30 de setembro de 1887, diz:

"Foi hoje submetido a debate, que ficou encerrado em segunda discussão, o orçamento do Ministério da Fazenda. Dizem que estava combinado entre o gabinete e a oposição do Senado não haver debate sobre o assunto".

E mais adiante:

"A oposição entende de seu direito conchavar com um governo que não representa já nem o interesse de uma carta e que é a negação afrontosa da opinião pública".

Em outro, quando já desaparecida a "Cidade do Rio", no "O País", ataca Severino Vieira:

"Ninguém fez na República carreira igual à do Sr. Severino Vieira. S. Ex.^a não é um orador, faltam-lhe todos os requisitos da eloquência. Não tem voz, não tem frase, não tem paixão. Não é também um pensador. Não se lhe conhece nem um ato que cheire ao azeite da lâmpada, companheira de vigília das horas mortais".

Combateu Rosa e Silva, dizendo-lhe o que podia ser dito de outros:

"S. Ex.^a só é solidário consigo mesmo; só tem uma idéia: conservar-se dentro da auréola do que o cerca sua estrêla".

"As úlceras têm o seu recato; preferem o aconchego do unguento e da atadura à grande luz".

Em outro artigo, dos últimos — êle que ao morrer deixara um pelo meio — proclama com a oportunidade dos gênios:

"Como fiscalizar, como corrigir o governo? Há de ser de braços cruzados, deixando que o desânimo suceda à penúria e a esta o ódio às instituições; há de ser suprimindo no coração do povo o amor à terra natal onde não tem garantias, nem esperanças, nem trabalho, nem crédito, nem liberdade; há de ser matando todo estímulo que havemos de fortalecer a nossa nacionalidade?"

A verdade é que o presente é triste e o futuro ameaçador".

É a "notícia comentada", ou o artigo contundente, tão do agrado do bravo jornalista. Notícias às vezes sem maior pretensão, mas que fica, que é lida pelo povo, que é espalhada. Notícia simples, modesta na adjetivação, escrita por um mulato filho de uma escrava e de um padre. "Flecha lançada em linha reta ao sol" — disse dêle Coelho Neto. "A própria revolução" — no dizer de Nabuco, que continua:

"Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e, logo depois, uma parte dêle aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que êle tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito, que mais profundamente o agitou e revolveu, foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces. . . Patrocínio foi a expressão de sua época: em certo sentido, a figura representativa dela". . .

Não só de sua época. De tôdas. Pela bravura,
com que se empregou. Pela paixão por que se deixou
dominar. Pelo eterno do seu pensamento. Eterno
como queria Bilac no soneto necrológico:

“E, eterno, à eterna luz dos séculos exposto,
Ficas, — tu que ao nascer já na pele trazias
A imorredoura côr do bronze imorredouro”.

*(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é
cumprimentado).*

